

«Globalização em África e (Des)Humanismo»

Carlos Pimenta

Conferência Internacional “Humanismos Latino e Africano: Encontros e Desencontros”
Dakar, Janeiro 2003

Permitam-me que comece por saudar a realização desta iniciativa que permite juntar sobre uma mesma problemática tantos pontos de vistas diferentes, forjados em disciplinaridades científicas específicas, em experiências e consciências possíveis variegadas, em posturas ideológicas e filosóficas – sempre presentes por mais esforço metodológico que se faça para a sua depuração – dissemelhantes. Todos diferentes mas com a preocupação comum de tratar de uma forma epistemologicamente correcta um mesmo tema: “Humanismo”.

E porque se vão acumulando experiências anteriores de outras iniciativas, de outras leituras e outros diálogos, permitam-me que esta minha saudação inicial concentre-se em dois pontos:

(1) Os “encontros e desencontros” é o único terreno possível, do meu ponto de vista, para se estudar o humanismo. “Pensar o homem, num processo de criar e recriar o humanismo”, aceitar os desafios do quotidiano e aproveitar todo o pretexto, toda a situação, para criar melhores condições para o futuro da humanidade, construir um “neohumanismo” exige inexoravelmente que um dos pilares da sociedade futura seja o “respeito pela diversidade”. Assim sendo, o isolamento de um «humanismo» e a homogeneidade de leituras sobre ele, podem ser a sua condenação, certamente é o seu empobrecimento progressivo. “O «humanismo latino» pode ser uma referência significativa se se reconstruir permanentemente em *confronto com a sua negação*”. “O humanismo latino construi-se e vivifica no confronto – de afirmação e aceitação – com outras formas de pensar o homem, no confronto com outros humanismos, com outras culturas, com outras axiomáticas e lógicas de agir e pensar. É esse

confronto que garante que o homem seja «o eu e o outro» ou, ainda melhor, «o outro e o eu». É na mescla de culturas que se construirá o futuro.”

(2) Homens de cultura de tão variadas formações criam condições altamente favoráveis aos rumos de um neoconhecimento que frequentemente tem a designação de interdisciplinaridade. Sabemos que a prática da interdisciplinaridade está muito aquém da promoção que dela é feita. Sabemos que é necessário uma vasta reflexão epistemológica sobre a interdisciplinaridade que ainda está por fazer. Sabemos que existem dificuldades diversas (desde as limitações cognitivas do homem ao grande volume de informação, desde a clausura das linguagens específicas aos entraves institucionais, ...) no trabalho de interdisciplinaridade mas ela é um sistemático desafio, mesmo desesperante, quando ninguém duvida do “homem total”, da “multidimensionalidade humana” e, no entanto, não se consegue ultrapassar o campo restrito do seu saber disciplinar. Temos que ter a ousadia da interdisciplinaridade e talvez o “humanismo latino” seja um novo elo identificador capaz de desafiar as nossas sínteses. Certamente que conferências como estas contribuem para um seu repensar rumo a uma aproximação ao “homem total”.

Feitos estes dois reparos entro na temática da minha comunicação, assente na Economia.

Tenho frequentemente reparado, quando me encontro na situação de ouvinte, sentado numa sala em que predominam intelectuais das «humanidades» que o discurso económico é assumido, desde logo, como um discurso «desviado», tecnocrático, terminologicamente espinhoso. Talvez tenham alguma razão mas esta só advém da pouca experiência de nos ouvirmos

mutuamente.

Contudo, tendo em atenção essas formas típicas de sentir e agir, quero colocar desde já uma informação e uma preocupação.

A informação é simples. Assento a minha comunicação na Economia mas frequentemente esse é apenas o trampolim para uma Anti-Economia. Anti-Economia porque procura, quiçá com pouco engenho e insuficiente fundamentação, mostrar a face oculta do «discurso económico». Igualmente porque tenta ultrapassar as fronteiras disciplinares. A preocupação tem a ver com a minha intenção em evitar muitas referências numéricas, embora algumas sejam inevitáveis e até intelectualmente saudáveis, em pôr de lado as formulações matemáticas e econométricas, embora por vezes estejam subjacentes e tenham servido de suporte a alguns comentários. Enfim, procurei, com o sucesso que cabe a vós apreciar, comportar-me no discurso como «homem das humanidades» sem perder o sabor dos desafios da minha disciplinaridade específica.

“Num sistema de comércio perfeitamente livre, cada país consagra o seu capital e trabalho às actividades que lhe são mais rendosas. Esta procura da vantagem individual coaduna-se admiravelmente com o bem estar universal. Deste modo, estimulando-se a indústria, premiando-se os inventos e empregando-se o mais eficazmente possível as possibilidades especiais concedidas pela natureza, o trabalho é melhor distribuído e com maior economia enquanto que, aumentando a produção total, se espalha o bem-estar por toda a parte e se ligam todas as nações do mundo civilizado com os elos do interesse e do intercâmbio. É este princípio que faz com que o vinho seja produzido em França e Portugal, que se cultive o trigo na América e na Polónia e que se fabriquem ferramentas e outros produtos na Inglaterra” (Ricardo, *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Pág. 149).

Esta é uma passagem lapidar das páginas que este «monstro sagrado do pensamento económico», este «pai» da Ciência Económica como hoje é concebida, dedica para desenvolver a sua teoria sobre a importância da especialização e da liberdade de comércio. Apesar de formulada em 1817, con-

tinua a ser uma referência obrigatória e muitos dos modelos posteriores assentam nos mesmos princípios e nas mesmas lógicas de abordagem do problema. Como diz um dos grandes «pedagogos» do ensino da Economia – pelo menos grande na quantidade de economistas que se formaram sob os seus ensinamentos – é

“uma bela tese sobre os benefícios para as nações da especialização internacional, a que chamou a lei da vantagem comparativa ou teoria dos custos comparados” (Samuelson-Nordhaus, *Economia*, Pág. 1037).

Certamente que muito haveria a dizer sobre o conceito de “bem estar universal” num texto escrito por um inglês, quando este era indiscutivelmente o país mais poderoso e dominador do mundo. Certamente que não deixa de ser sociológica e historicamente interessante que as produções agrícolas fossem vantajosas para os outros tendo a Inglaterra que se especializar, por ditames da lei natural, nas produções de maior valor acrescentado, nas mais exigentes tecnologicamente, nas que eram a expressão típicas da revolução industrial que estava a mudar o mundo. Mas não são esses aspectos que agora nos preocupam.

O que pretendemos aqui salientar é que segundo Ricardo Portugal deveria especializar-se no vinho (nos seus subsectores direccionados para a exportação como é o caso do vinho do Porto) e a Inglaterra nos têxteis. O que Ricardo se esqueceu de dizer é que uma grande parte da propriedade dos vinhos do Porto era inglesa. Esqueceu-se igualmente que o “comércio perfeitamente livre” assentava desde 1703 num tratado político, no tratado de Methuen, que consolidava a dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra. Certamente pormenores irrelevantes para a construção do modelo.

A realidade muda, os modelos revelam-se desajustados e a história económica revela dinâmicas nem sempre esperadas. Portugal acabou por ter uma importante actividade têxtil. Em Portugal, onde

“a revolução da máquina a vapor, que veio acelerar de forma extraordinária o progresso capitalista, operou-se entre nós com grande atraso e de forma tímida” (Armando Castro, *Dicionário de História de Portugal*, entrada “capitalismo”)

mas

“é possivelmente a indústria têxtil algodoeira que constitui o exemplo mais frisante deste processo de desenvolvimento capitalista”.

O que muitas vezes se esquece é de salientar a importância que a exploração colonial teve (no fornecimento de matérias-primas e como mercado) para esse “processo de desenvolvimento capitalista” português.

Parafraseando Albert Camus, com as devidas adaptações a estas situações podemos dizer que “a Ciência Económica oficial é mais poderosa pelo que cala do que pelo que diz”.

Os exemplos que poderíamos apresentar destes esquecimentos – uns involuntários e alicerçados no *ceteris paribus* da Ciência Económica, outros construídos num ensino tecnocrático das instituições universitárias, outros ainda expressão do cinismo dos poderosos face à miséria e à dependência – são muitos e diversos.

Vão desde o esquecimento do colonialismo e do neocolonialismo como factores responsáveis pelo subdesenvolvimento em África (veja-se a este propósito os textos da conferência de Tunis, Abril de 2001, organizado pelo FMI para analisar a mundialização e África) até ao cinismo com que FMI e BM falam de democracia, defesa da democracia, liberdade e valor da liberdade quando são instituições todo poderosas que escapam totalmente ao controlo democrático dos povos e nações, que impõem ditatorialmente as suas regras aos mais fracos.

Mas a nossa preocupação não é apresentar exemplos ou fazer o inventário das declarações e estudos técnicos onde as afirmações políticas e tecnocráticas são pérolas de amnésia social. Fazemos referência a estas questões porque abordar o subdesenvolvimento africano – enganadoramente designado de desenvolvimento –, tratar da globalização em África exige colocarmo-nos na sombra do que é esquecido, conseguirmos ler o drama dos vencidos numa história que é feita pelos vencedores.

Identificando o «desenvolvimento» como uma “crença ocidental”, politicamente inventada nos condicionalismos económicos sociais e políticos da década de 40 do passado século,

“O «desenvolvimento» aparece assim como uma crença e como uma série de práticas que formam um todo, apesar das suas contradições. A primeira não é menos verdadeira que as segundas pois estão indissociavelmente ligadas. No conjunto reflectem a lógica de uma sociedade em vias de mundialização que, para cumprir o programa que esta fixou – e cujas consequências não são igualmente alegres para todos –, deve referir-se a certas verdades indiscutíveis e largamente partilhadas – que relevam do mito –, para aí assentar a sua legitimidade” (Gilbert Rist, *Le Développement, Histoire d'une croyance occidentale*, pag. 46)

Nas últimas décadas a economia, a sociedade em geral, está num processo de transformação, de desestruturação e estruturação que se costuma designar por «globalização». Entretanto o que se passa em África?

Olhemos, então, para a globalização e para África. O que observamos? Essencialmente que a África Subsariana continua na cauda do crescimento e do desenvolvimento económico.

Apenas alguns dados demonstrando o que é sobejamente conhecido:

(1) No relatório de Desenvolvimento Humano de 2002, o país com o maior valor do índice é a Noruega, com 0,942 e o que tem menor é a Serra Leoa com 0,275. O conjunto da África Subsariana tem 0,47. É a grande região com o menor índice. Este índice sintético – apesar de alguns artificialismos na sua construção visando atenuar a importância dos rendimentos *per capita* como medida das desigualdades – acaba por reflectir um conjunto de más situações em diversas áreas. Essa mesma região africana tem uma das maiores percentagens de adultos analfabetos (batida neste indicador pela Ásia do Sul), 39% em 1999; a mais baixa esperança de vida à nascença, a grande distância das restantes regiões do globo, 47 anos em 1999; a mais elevada taxa de mortalidade infantil, 92 ‰, etc.

Também é uma a região com maior nível de miséria. Em 1998, a percentagem dos que possuíam como rendimento menos que um dólar por dia era de 48,1% da população. Mas o que é de registar a este propósito, é que essa percentagem aumentou na última década. Segundo os mesmos dados (cuja

origem é o BM) em 1990 a percentagem correspondente era de 47,7%.

(2) Esta tendência de evolução remete-nos para uma análise ao longo do tempo, num período suficientemente grande para podermos retirar conclusões estruturais e não nos confundirmos com as manipulações de informação que o tratamento da conjuntura permite.

Pegámos em dois indicadores: rendimento *per capita* medidos em dólares e a preços constantes e esperança de vida à nascença, tendo como fonte o BM. Analisámos a sua evolução entre 1960 e 1999. São conhecidas as críticas ao primeiro indicador: considera exclusivamente vertentes económicas e deixa de lado aspectos sociais que podem ter uma dinâmica autónoma; é uma média e não entra em conta com as desigualdades na distribuição do rendimento; focaliza o crescimento e tende a esquecer que o desenvolvimento é uma realidade mais abrangente. Contudo consideramos que continua a ter um conjunto de virtudes porque as subtilidades de distinção entre crescimento e desenvolvimento são, em alguma medida, preocupações etnocêntricas das sociedades desenvolvidas, porque o problema fundamental de África é o crescimento. Quanto ao facto de ser uma média, facilmente poderemos ultrapassar essa limitação se tivermos em conta que grosso modo as diferenças relativas de rendimento são tanto maiores quanto menores são os rendimentos médios (com excepção de algumas poucas economias, nomeadamente as produtoras de petróleo).

Quanto ao segundo indicador podemos considerar que reflecte a globalidade das condições de vida. Mais do que as palavras, vejam-se os gráficos seguintes, em que cada uma das linhas mostra a evolução ao longo do tempo desse indicador para um país africano. Consideraram-se apenas os países da África Subsariana.

Rendimento per capita:

(ver Gráfico 1)

Esperança de vida à nascença (não havendo dados para todos os anos):

(ver Gráfico 2)

Fugindo a uma análise pormenorizada e estando

mais preocupados com o conjunto das informações do que com as situações específicas de alguns países, atrever-nos-íamos a retirar duas leituras:

- Os ritmos de crescimento nestes quarenta anos são lentos, tendendo frequentemente para a estagnação. Lento em termos absolutos, isto é, com baixas taxas de variação anual. Lento em termos relativos, bastando para tal comparar com o que se passou em muitos outros países e regiões do globo.

- A partir de 1988/90 até ao fim do século passado em muitos países, e para o conjunto da região, há uma agravamento da situação.

Ora, se atendermos que as estratégias internacionais de desenvolvimento, as políticas internacionais visando o crescimento e o desenvolvimento abrangem todo este período, pois iniciaram-se após a II Grande Guerra, podemos concluir que essa política internacional tem sido manifestamente insuficiente ou inadequada.

Se atendermos que a década de 90 do passado século é o “período de ouro” da chamada «globalização», podemos concluir que esta tem sido nefasta para o desenvolvimento económico e social de África.

É essencialmente esta última situação que nos ocupará.

Se a “globalização” progride, com coros afinados de políticos e tecnocratas cantando hosanas aos paraísos que tem construído, e África piora de situação, só podemos tirar uma ou várias das conclusões seguintes:

África está possuída por forças demoníacas que só se podem radicar, já que são conhecidas as vastas riquezas naturais desse continente, numa debilidade endémica dos seus povos;

Há uma incompatibilidade estrutural entre a «globalização» e o desenvolvimento da África subsariana, quicá de todas as economias subdesenvolvidas.

A globalização não é o paraíso terreno es cantorias apenas são manobras de diversão.

É completamente desnecessário analisar a primeira hipótese. É do domínio público – apesar dos perigos que o racismo e a xenofobia continua a representar por todo o mundo – que a minoridade intelectual não é dos povos africanos mas dos que os consideravam desse modo.

Resta, pois, analisar, as duas últimas hipóteses.

Gráfico 1

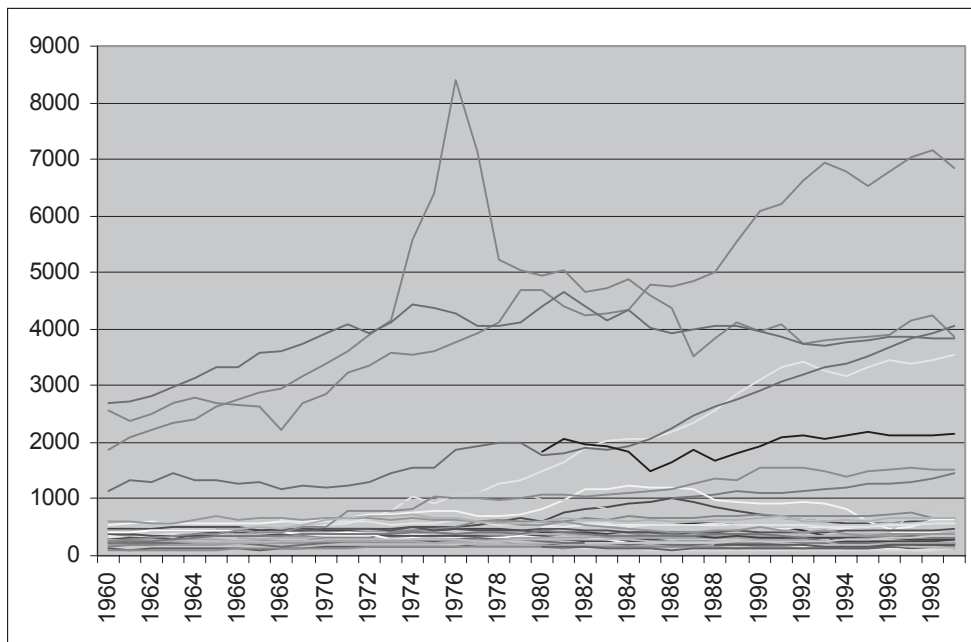
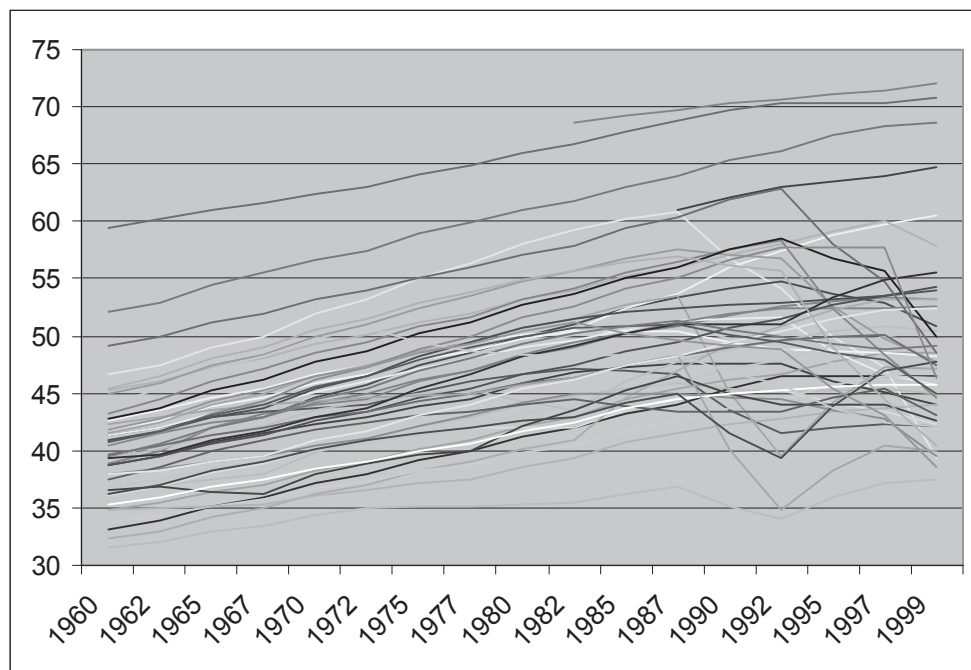


Gráfico 2



Estudar a incompatibilidade estrutural entre a “globalização” e o desenvolvimento da África Subsariana exigiria espaço e tempo muito superiores aos que aqui dispomos, pelo que nos vamos limitar a dois aspectos.

Começemos por recordar textos da década de 60 que continuam a ter, na nossa opinião, toda actualidade:

“O que conceituamos como subdesenvolvimento é (...) a ocorrência de um dualismo estrutural” (Furtado, *Dialéctica do Desenvolvimento*, pág. 84) A “economia dualista constitui, especificamente, o fenómeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, pág. 173)

O que caracteriza uma economia subdesenvolvida não é a sua pobreza ou o seu atraso, mas o seu dualismo, mensurável pela baixa densidade da matriz de relações intersectoriais, pela ausência de articulação entre diversos sectores. É a sua desarticulação, a convivência de modos de produção, sectores e actividades com tecidos produtivos e de distribuição de rendimento desligados uns dos outros. Umhas actividades económicas não têm impactos sobre as restantes, não existe um processo cumulativo de produção e aplicação de valor.

As raízes desse dualismo africano encontra-se, muito provavelmente, na colonização, mas prolonga-se com o neocolonialismo, com o investimento externo em sectores exportadores que apenas visam aproveitar alguns tipos de recursos ou espaço de poluição, prolonga-se com a cooperação que se dirige para os sectores que interessam ao país desenvolvido e que pode ser secundário para a economia subdesenvolvida. Até processos aparentemente humanamente bem intencionados (de doação, de ajuda, etc.) podem reforçar esse dualismo.

Ora a «globalização» impondo a muitos países africanos programas de ajustamento estrutural, exigindo a aceleração das relações de produção capitalistas típicas das economias desenvolvidas e a sua abertura ao mercado mundial, diluindo ou esmagando as relações de produção do país para impor “normas internacionais”, dando uma particular atenção às operações monetárias e financeiras, a «globalização» através de todos estes meios e

outros tem contribuído fortemente para o reforço do dualismo da economia africana, de muitas economias subdesenvolvidas.

A situação dramática actualmente existente, o agravamento das condições de vida, melhor dito condições de sobrevivência, na África subsariana não é o resultado de dificuldades em os países africanos acompanharem a «globalização»: terem uma excessiva intervenção do estado, não terem um sector privado dinâmico, não terem legislação suficientemente liberal, de as suas «sociedades civis» serem débeis, dos equilíbrios macroeconómicos não terem sido conseguidos. O agravamento da situação resulta de tentarem impor-lhes tudo isso. E tudo isso radica-se numa falta de respeito pela diferença, numa falta de respeito pelas decisões dos povos, numa tentativa de todos serem iguais à imagem e semelhança da economia americana.

Não foi o não terem entrado totalmente na «globalização» que lhes agravou a situação, como diz o BM e o FMI, mas foi o terem entrado ainda que parcialmente.

E esta constatação remete-nos de imediato para o segundo aspecto: a grande diferença entre a bondade das palavras, sobretudo quando sopradas ideologicamente, e a dureza da realidade.

A palavra de ordem da globalização é «liberdade»: liberdade de comércio, liberdade de mercado, liberdade de escolha. Mas o que é essa liberdade para as economias desenvolvidas e para as economias subdesenvolvidas? O que é essa liberdade para quem tem um milhão de dólares por dia e para quem tem menos de um dólar? O que é essa liberdade para quem impõe e para quem é subjugado? A liberdade formal não se concretiza num espaço mundial socialmente homogéneo, e quando existem contradições, conflitos, dependências e explorações a liberdade de uns pode ser a não-liberdade de outros, é-o muitas vezes.

Propõe-se em nome da liberalização “menos Estado” mas quem o exige são estruturas supra-estatais, tão coercivas quanto o são os Estados. “Menos Estado” não é o enfraquecimento da política económica mas a modificação da sua natureza. Pretende-se substituir “o desvio dirigido das contradições” para “a lógica de rebentamento pelos «elos mais fracos»”. E esta lógica tem diferentes

resultados conforme os países e as ocasiões. Num país dependente (tecnologicamente, centrado em poucas produções sujeitas a troca desigual, financeiramente, etc.) o elo mais fraco desloca-se para a relação nacional/internacional, reforçando a dependência e o dualismo.

Existirão exceções neste panorama, casos de sucesso?

Certamente que a situação de cada país é diferente, mas os casos de sucesso são muito escassos. As instâncias de Bretton Woods não perdem oportunidade para encontrar esses exemplos enaltecidos, mas geralmente tem de se refugiar na análise de caso da Ilha Maurícia. Podemos dizer que pequeno é o exemplo (1900 Km², pouco mais de um milhão de habitantes) para tão grande continente. E, mesmo assim, têm que reconhecer que

“uma componente não negligenciável dos resultados [de sucesso] permanecem sem explicação. É plausível que certas especificidades da Ilha Maurícia também tenham jogado um papel importante, sendo a mais importante a diversidade étnica do país e a forma como ela se gerou” (Barracoön, em “La Mondialisation et l’Afrique”, pág. 23).

Não será a própria «globalização» que está mal?

Para que possamos colocar a questão é necessário admitirmos que esta não é inevitável. E de facto não é.

A mundialização é inevitável mas a globalização é apenas uma das formas que aquela pode assumir. Globalização é um ordenamento económico internacional que visa mundializar as formas de organização económica, política e social do capitalismo americano reforçando a sua hegemonia. Globalização é essencialmente a finaciarização das relações internacionais, a expansão e unificação dos mercados financeiros, muitas vezes feita contra similar mundialização de outros mercados, como é o caso do mercado de força de trabalho. Globalização é a imposição cultural da hegemonia do económico na escala de valores dos homens e da sociedade. Globalização é o agravamento das desigualdades internacionais e nacionais.

Por outras palavras.

Se há um agravamento das condições de vida dos

cidadãos de muitos países, como é o caso dos africanos, resultante do confronto da globalização com as relações sociais vigentes, reforçando o dualismo.

Se há um agravamento das desigualdades económico-sociais resultantes da globalização, que simultaneamente gera tensões entre a expansão das operações financeiras e a criação de rendimento, que fomenta e promove a economia subterrânea como uma das formas de atenuar essas tensões.

Se a lógica liberal promotora da globalização faz-se mais pelos silêncios do que pelas afirmações, mais pelo que não diz do que pelo que diz, produzindo catadupas de ideologização sob a capa da desideologização.

Se a globalização é apenas uma das formas de funcionamento da economia mundial, havendo outras formas possíveis de ordenamento internacional, respeitando o desenvolvimento tecnológico, a aproximação entre cidadãos de todo o mundo, a circulação plena da informação, quiçá mais assentes na acessibilidade generalizada aos benefícios científicos e tecnológicos hoje existentes, mais concordantes com uma vida digna para uma grande maioria de cidadãos.

Se tudo isto é assim, lutar pela dignidade do homem, pelo respeito pela diferença, lutar pelo humanismo é lutar contra a globalização, é lutar por uma economia mundial, e não só, com outro tipo de relações, de ordenamento.

BIBLIOGRAFIA CITADA

FURTADO, Celso

- *Dialéctica do Desenvolvimento*
1964, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura

- *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*
1965, Fundo de Cultura

NSOULI, Saleh M., GALL Françoise le & Outros
La Mondialisation et l’Afrique
Finances & Développement, Dezembro 2001

PNUD

Relatório do Desenvolvimento Humano 2002

Queluz, Mensagem

RICARDO, David

Princípios de Economia Política e de Tributação
Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

RIST, Gilbert

Le Développement: Histoire d'une Croyance
Occidentale

1996, Presse de la Fondation Nationale des Sciences
Politiques

SAMUELSON/NORDHAUS

Economia

Lisboa, McGraw-Hill

SERRÃO, Joel & Outros

Dicionário de História de Portugal

sd. Lisboa, Iniciativas Editoriais